



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA

ÉRICA DA SILVA GALDINO

**O PAPEL DAS PAIXÕES NA CONSTITUIÇÃO DA MORAL  
SEGUNDO DAVID HUME**

João Pessoa

2024

ÉRICA DA SILVA GALDINO

**O PAPEL DAS PAIXÕES NA CONSTITUIÇÃO DA MORAL SEGUNDO  
DAVID HUME**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Licenciatura em  
Filosofia, da Universidade Federal da  
Paraíba, como requisito parcial para  
obtenção do Grau de Licenciada em  
Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Marconi José Pimentel  
Pequeno

João Pessoa

2024

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

É68p Érica da Silva Galdino.  
O papel das paixões na constituição da moral segundo  
David Hume / Erica da Silva Galdino. - João Pessoa,  
2024.  
46 f.

Orientador: Marconi Pequeno.  
TCC (Graduação) - Universidade Federal da  
Paraíba/Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes.

1. Necessidade. 2. Liberdade. 3. Paixões. 4.  
Simpatia. 5. Moralidade. I. Pequeno, Marconi. II.  
Título.

UFPB/CCHLA

CDU 17

ÉRICA DA SILVA GALDINO

## **O PAPEL DAS PAIXÕES NA CONSTITUIÇÃO DA MORAL SEGUNDO DAVID HUME**

João pessoa, 5 de setembro de 2024.

Monografia apresentada à Banca Examinadora do Departamento de Filosofia da UFPB como um dos requisitos finais para a conclusão do Curso de Licenciatura em Filosofia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação do Professor Dr. Marconi José Pimentel Pequeno.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Marconi José Pimentel Pequeno (UFPB)

Orientador

---

Prof. Dr. Gabriel Rezende de Souza Pinto (UFPB)

Examinador

---

Prof. Dr. Sérgio Luis Persch (UFPB)

Examinador

Dedico este trabalho a Deus, pela dádiva da vida, pela oportunidade de conhecer a filosofia e sempre aprender coisas novas, e ao meu orientador, Marconi Pequeno, por ser, desde a primeira aula que assisti dele, minha maior inspiração filosófica e acadêmica.

## **Agradecimentos**

Gostaria de expressar a minha profunda gratidão a todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste sonho que é me graduar em Filosofia e também para o desenvolvimento deste trabalho. Em primeiro lugar, agradeço a Deus, por Seu infinito amor, bondade, cuidado, provisão e por me capacitar intelectualmente para chegar até aqui, além de ter colocado as pessoas certas na minha vida.

Agradeço também ao meu querido orientador, Marconi Pequeno, por cada minuto dedicado a me ensinar durante todo o período do curso, pelas correções textuais, pesquisas, conselhos e por ser a minha maior inspiração profissional. Sinto-me grata também porque suas aulas foram as que mais me marcaram durante toda a trajetória acadêmica e foram decisivas para a escolha da minha linha de pesquisa. Agradeço especialmente por ter me ensinado com tanta dedicação, mesmo quando não era sua obrigação, sempre demonstrando um compromisso inestimável com o meu aprendizado e amadurecimento intelectual.

Quero externar também os meus mais sinceros agradecimentos à minha família, em especial à minha mãe e ao meu tio, por sempre investirem na minha educação e me apoiarem em cada momento que precisei. Agradeço também ao meu pai e ao meu namorado, por todo o suporte e tranquilidade que me deram para estudar. Sem essas pessoas tão especiais em minha vida, eu não teria conseguido.

Expresso, ainda, o meu reconhecimento em forma de gratidão a cada professor que passou por mim até aqui, especialmente aos meus dois professores do ensino médio: Oséas, por sua paciência e dedicação, que me incentivaram a seguir seus passos na educação, e Aristóteles, pelas conversas filosóficas, trocas de ideias e pelos livros que muito me ajudaram no início do curso.

Sou grata também aos meus amigos e colegas de curso por cada vivência na universidade, por cada troca de conhecimento e pelo companheirismo. Eles fizeram o meu tempo na graduação ser único.

Novamente, agradeço a Deus, pois sem Ele eu nada seria.

“...a moral desperta paixões, e produz ou impede ações. A razão, por si só, é inteiramente impotente quanto a esse aspecto.”

David Hume

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar, à luz do pensamento de David Hume, o papel e a importância das paixões na determinação da conduta moral do indivíduo. Hume é um dos precursores do empirismo britânico, além de ser considerado responsável por renovar a filosofia moral ao se contrapor ao logocentrismo da tradição e ao resgatar o papel das paixões como fonte de constituição da moralidade. Assim, o presente trabalho foi elaborado a partir do estudo e da exposição das ideias fundamentais contidas em suas obras *Investigação sobre o entendimento humano*, *Tratado da natureza humana*, *Resumo de um tratado da natureza humana* e *Uma investigação sobre os princípios da moral*. Visou-se, de início, fazer uma breve apresentação do empirismo humeano por intermédio do tratamento da noção de *causalidade*, da relação entre impressões e ideias e de como estas constituem as paixões do sujeito. Da mesma forma, mostrou-se o papel da necessidade e de que modo, por meio da vontade, tal instância determina a liberdade. Essa perspectiva de abordagem se oferece como uma via de acesso à compreensão da natureza das paixões, haja vista que estas determinam as distinções morais elaboradas pelo indivíduo, invalidando, com isso, a tese de que estas eram oriundas da razão. O passo seguinte consistiu em apresentar o papel do senso moral e da simpatia como fatores desencadeadores da moralidade do sujeito e como elementos essenciais para a construção das virtudes sociais. Por fim, demonstrou-se que as paixões, de acordo com a filosofia de Hume, atuam como força motivadora das ações morais do indivíduo, de modo que os eventos passionais passam a também representar um aspecto fundamental da natureza humana.

**Palavras-chave:** necessidade; liberdade; paixões; simpatia; moralidade

## ABSTRACT

This work aims to analyze, based on David Hume's thinking, the role and importance of passions in determining an individual's moral conduct. Hume is one of the precursors of British empiricism, in addition to being considered responsible for renewing moral philosophy by opposing the logocentrism of tradition and rescuing the role of passions as a source of constitution of morality. Thus, the present work was prepared from the study and exposition of the fundamental ideas contained in his works *Investigation into human understanding*, *Treatise on human nature*, *Summary of a treatise on human nature* and *An investigation into the principles of morals*. The aim was, initially, to make a brief presentation of Humean empiricism through the treatment of the notion of causality, the relationship between impressions and ideas and how these constitute the subject's passions. Likewise, the role of necessity was shown and how, through will, this instance determines freedom. This approach perspective offers itself as a way of accessing the understanding of the nature of passions, given that they determine the moral distinctions drawn up by the individual, thus invalidating the thesis that they came from reason. The next step consisted of presenting the role of moral sense and sympathy as factors that trigger the subject's morality and as essential elements for the construction of social virtues. Finally, it was demonstrated that passions, according to Hume's philosophy, act as a motivating force for the individual's moral actions, so that passionate events also represent a fundamental aspect of human nature.

**Keywords:** need; freedom; passions; sympathy; morality

## SUMÁRIO

|                                                                       |           |
|-----------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1. Introdução.....</b>                                             | <b>9</b>  |
| <b>2. As paixões e o seu papel na constituição do humano.....</b>     | <b>13</b> |
| 2.1.Impressões e Ideias.....                                          | 13        |
| 2.2.A relação entre Impressões e Ideias e os eventos passionais ..... | 15        |
| 2.3.As paixões, suas causas e objetos.....                            | 17        |
| <b>3. A necessidade como pressuposto da liberdade.....</b>            | <b>20</b> |
| 3.1.Necessidade e Vontade .....                                       | 20        |
| 3.2.Determinismo natural e Liberdade .....                            | 23        |
| <b>4. Moral e natureza humana.....</b>                                | <b>26</b> |
| 4.1.As distinções morais e os eventos sensoriais.....                 | 26        |
| 4.2.O senso moral enquanto disposição inata do sujeito.....           | 32        |
| 4.3.Simpatia e conduta normativa.....                                 | 35        |
| <b>5. Considerações finais.....</b>                                   | <b>40</b> |
| <b>6. Referências .....</b>                                           | <b>45</b> |

## 1. INTRODUÇÃO

Durante os séculos XVII e XVIII, período que corresponde à Idade Moderna, a filosofia passou por algumas mudanças de cenário no que diz respeito ao papel da razão em matéria de conhecimento e conduta moral. Até então, o pensamento filosófico era predominantemente dominado pelo *racionalismo*, corrente que sustenta a ideia de que a razão é a principal fonte de constituição do conhecimento e de determinação da moralidade do sujeito. Tal posição teórica ficou conhecida como *logocentrismo* e perdurou de forma hegemônica desde o início da filosofia na Grécia Antiga até os supracitados séculos. Porém, a partir do pensamento de alguns filósofos modernos como Francis Bacon, John Locke, Thomas Hobbes e David Hume, este cenário começou a mudar com a emergência de uma nova corrente filosófica: o empirismo

David Hume, filósofo do qual se ocupa este trabalho, foi responsável por expandir e radicalizar as ideias dos primeiros *empiristas*. Em sua filosofia, ele contesta a noção segundo a qual somente a razão pode tornar possível o conhecimento e a conduta moral do sujeito. Para tanto, o referido autor defende que a experiência sensorial ou sensibilidade se impõe como a base de todas as formas de conhecimento, além de ser a fonte de constituição do mundo moral, questionando, com isso, o racionalismo predominante na tradição filosofia que o antecedeu.

Ao tratar de temas como *causalidade*, *vontade*, *necessidade*, *determinismo natural*, *liberdade*, *impressões*, *ideias* e *ceticismo*, David Hume influenciou profundamente a filosofia moderna e forneceu ao pensamento posterior novas perspectivas de abordagem do problema do ser e do dever-ser, ou seja, das questões epistemológicas e éticas. No núcleo dessa discussão encontra-se a famosa lei de Hume, segundo a qual não se pode reduzir a esfera dos valores ao mundo dos fatos. Além disso, o seu enfoque sobre a importância da observação e da experiência como fundamentos do conhecimento acabou por torná-lo um dos precursores do método científico moderno e suas hipóteses sobre o papel das paixões em matéria de comportamento moral foram corroboradas por inúmeros estudos neurocientíficos contemporâneos.

Assim, as ideias do filósofo sobre como formamos crenças e fazemos associações de ideias e impressões anteciparam muitas descobertas da psicologia moderna, bem como das ciências cognitivas sobre a relação entre o sentir e o pensar. Ademais, a noção de que as expectativas e percepções humanas são moldadas por hábitos, como afirma Hume,

tornou-se central para a compreensão contemporânea da mente humana. Tal posição teórica ofereceu também uma nova compreensão do fenômeno da causalidade como produto da experiência e da observação e não como pura inferência da mente. Portanto, o seu pensamento serviu de base para inúmeras teorias e investigações científicas que tentam dar conta da natureza humana e de suas formas de expressão no mundo.

Da mesma forma, o pensamento humeano ofereceu um novo caminho para se compreender os pressupostos e os elementos constitutivos da moralidade. Isso porque Hume foi responsável por romper com a ideia segundo a qual a razão tem predomínio sobre as paixões, além de ser a fonte de nossas decisões morais. Contrário a isso, o filósofo considera que os julgamentos morais e a conduta normativa do sujeito são determinados pelas paixões e não pela razão.

Este postulado influencia até hoje muitas teorias morais contemporâneas que enfatizam o papel central das emoções, paixões e sentimentos na constituição da moralidade. Nosso trabalho monográfico visa justamente percorrer o itinerário adotado por Hume em algumas de suas obras fundamentais, *Investigação sobre o entendimento humano*, *Tratado da natureza humana*, *Resumo de um tratado da natureza humana* e *Uma investigação sobre os princípios da moral*, a fim demonstrar como as paixões determinam a conduta moral dos indivíduos.

Dividido em três capítulos, inicialmente, o nosso trabalho oferece uma breve compreensão acerca da epistemologia de Hume ao tratar de seus principais conceitos, como as *impressões* e as *ideias*, os quais são por ele designadas de percepções, ou seja, as percepções dizem respeito a tudo aquilo que pode ser conhecido pelo nosso aparato sensorial. As impressões são consideradas como as percepções mais vívidas por serem as que mais causam impacto nos seres humanos, já que são vivenciadas ou experimentadas de forma direta. Enquanto as ideias são tidas como cópias mais fracas das primeiras, isto é, são menos intensas, sendo responsáveis por representar os pensamentos e as reflexões que elaboramos sobre as impressões de base. Assim, a principal diferença entre elas consiste no fato de que atingem a mente em diferentes graus de força e vividez. As impressões sempre causam mais impacto do que as ideias pelo fato de que são apreendidas diretamente pela nossa sensibilidade, ao passo que as ideias decorrem das experiências suscitadas pelas primeiras e se manifestam sob forma de raciocínios e crenças.

Da mesma forma, tratamos no presente trabalho da relação entre ambas e os eventos que despertam as paixões, na medida em que estas envolvem aspectos sensoriais

e mentais. As suas causas e os seus objetos também são destacados no presente texto ao demonstrar que elas se originam das impressões primitivas de dor e prazer e se dividem em calmas e violentas. Nessa mesma perspectiva foram destacados os seus objetos e as suas variadas causas, que podem envolver pessoas, coisas e circunstâncias que a fazem vir à tona.

No segundo capítulo, tratamos da relação entre necessidade e liberdade. Nele indicamos a ideia de Hume segundo a qual, na natureza, existe uma conexão necessária entre causa e efeito, cuja apreensão decorre da nossa experiência e do hábito. Para ele, a causalidade observada na natureza é apreendida pela observação constante de uma sequência de eventos encadeados. Assim, ao tratar da vontade, o filósofo afirma que ela deriva da necessidade porque as ações humanas também são governadas pela lei da causalidade. Nesse sentido, ela pode ser ainda compreendida como uma impressão responsável pelo direcionamento dos movimentos do corpo. Em outros termos, a vontade traduz a nossa capacidade de decidir e realizar uma ação. O autor salienta que ela está intimamente relacionada às paixões uma vez que é por elas determinada. Ele ainda destaca que os fatores determinantes na vontade não decorrem da razão ou do entendimento, mas sim de necessidades, desejos, emoções, assim como de circunstâncias externas existentes na vida dos indivíduos. Para Hume, a liberdade decorre da necessidade e esta origina-se de um determinismo natural. Todavia, o fato de o sujeito ser regido pela necessidade não conspurca sua capacidade de decidir ou escolher a maneira de como realizar seus interesses. Ainda de acordo com o filósofo, a liberdade significa a capacidade de o indivíduo agir sem coerção externa e de acordo com os próprios desejos e motivações. Ou seja, ser livre, para Hume, significa agir conforme a vontade e esta decorre das necessidades que constituem a natureza humana.

Assim, tendo em vista que a moral e a natureza humana se relacionam, convém indicar como as distinções morais surgem e qual a sua relação com os eventos sensoriais que constituem a nossa vida afetiva. Desse tema nos ocupamos no terceiro capítulo da presente monografia, indicando, ainda, que, para Hume, os valores e os princípios acerca do certo e errado, bom e mau, virtuoso e vicioso, dependem das impressões e sentimentos característicos da natureza humana. Logo, é falso afirmar que as distinções morais sejam frutos da racionalidade, pois à razão compete apenas formular crenças, inferências ou raciocínios lógicos, de modo que ela é uma faculdade inativa em matéria de moral. O referido autor defende a ideia de que a moralidade é algo mais sentido do que pensado, ou seja, as nossas experiências sensoriais são a fonte de motivação ou o fator

desencadeador de nossas condutas, de modo que a razão entra em cena apenas para organizar, direcionar ou orientar tal impulso originário. Ademais, Hume defende a ideia de que o ser humano possui uma espécie de senso ou sentimento moral, quer dizer, ele é dotado de uma disposição inata para decidir a agir em questões morais. Trata-se de um atributo natural que atenderia à necessidade de o indivíduo conviver em sociedade, maximizar prazer, minimizar sofrimento e sobreviver. Tal dispositivo permite ainda que as chamadas *virtudes sociais*, a exemplo da justiça, surjam como uma extensão das nossas virtudes naturais. Por fim, o último tópico do referido capítulo é dedicado ao tratamento da *simpatia*, que, além de ser uma virtude social, é também fundamental para estabelecer uma conexão sensorial entre os indivíduos, permitindo, com isso, a compaixão e o altruísmo, elementos essenciais para a cooperação e a coesão no meio social. Eis, pois, os temas fundamentais que constituem o nosso percurso investigativo.

## 2. AS PAIXÕES E O SEU PAPEL NA CONSTITUIÇÃO DO HUMANO

### 2.1 Impressões e ideias

*Impressões e ideias* são dois conceitos fundamentais da epistemologia de David Hume. O filósofo as define como percepções e estas dizem respeito à matéria imediata da consciência, sendo ainda a base de todo o conhecimento possível, ou seja, é tudo aquilo que pode ser conhecido pelo nosso aparato sensorial. Estas, como vimos, se dividem em simples, aquelas que não admitem separação, e em complexas, que, ao contrário das simples, podem ser separadas em partes. Segundo Hume, as ideias são derivadas das impressões na medida em que elas só existem graças às percepções oriundas das impressões. Ele ainda salienta que a distinção entre elas se encontra nos diferentes graus de força e vividez com que atingem a mente e penetram no pensamento e na consciência do sujeito.

Com isso, Hume define as impressões como as percepções mais vívidas e imediatas da mente humana. Elas englobam todas as sensações, emoções e sentimentos que o ser humano experimenta de forma direta. De acordo com Abbagnano, “esse termo foi difundido na filosofia e na linguagem moderna por Hume, que entendeu por Impressão ‘todas as nossas sensações, paixões e emoções, em sua primeira aparição na alma’ (*Treatise*, I, 1, 1).” (ABBAGNANO, 1998, p. 548). Com efeito, as impressões são tidas como as marcas mais originais da experiência cognitiva e, por isso, são caracterizadas pela intensidade e vivacidade com que se revelam.

Além dessas supracitadas características, elas se dividem em duas categorias: impressões de sensação e de reflexão. As primeiras são as que derivam diretamente dos sentidos e se originam de estímulos externos. Dentre elas, existem as sensações mais diretas que surgem de sua relação com a dor ou o com o prazer. As segundas, por sua vez, são vivenciadas internamente pela mente e estão associadas a juízos e crenças. Portanto, estas se originam da interação entre as ideias e as sensações que surgem como resposta às primeiras impressões. Disso se infere que a percepção primária surge e atinge o suporte sensorial causando ou despertando alguma sensação que gera, em seguida, uma impressão de reflexão. Em seu *Tratado da Natureza Humana*, o filósofo salienta que

As impressões podem ser divididas em duas espécies: de SENSACÃO e de REFLEXÃO. As da primeira espécie nascem originalmente na alma, de causas

desconhecidas. As da segunda derivam em grande medida de nossas ideias, conforme a ordem seguinte. Primeiro, uma impressão atinge os sentidos, fazendo-nos perceber o calor ou o frio, a sede ou a fome, o prazer ou a dor, de um tipo ou de outro. Em seguida, a mente faz uma cópia dessa impressão, que permanece mesmo depois que a impressão desaparece, e à qual denominamos ideia. Essa ideia de prazer ou dor, ao retornar à alma, produz novas impressões, de desejo ou aversão, esperança ou medo, que podemos chamar propriamente de impressões de reflexão, porque são derivadas dela. Essas impressões de reflexão são novamente copiadas pela memória e pela imaginação, convertendo-se em ideias - as quais, por sua vez, podem gerar outras impressões e ideias. Desse modo, as impressões de reflexão antecedem apenas suas ideias correspondentes, mas são posteriores às impressões de sensação, e delas derivadas.” (HUME, 2009, p. 32)

As ideias, por sua vez, são as cópias enfraquecidas das impressões. Ou seja, por já terem passado pelo primeiro processo de percepção primária (impressão de sensação) e percepção secundária (impressão de reflexão), elas já não atingem a mente com a mesma força que se constata no primeiro processo. Hume as define como sendo “as pálidas imagens dessas impressões no pensamento e no raciocínio, como, por exemplo, todas as percepções despertadas pelo presente discurso, excetuando-se apenas as que derivam da visão e do tato...” (HUME, 2009, p. 35). Assim, elas se caracterizam por ser menos vívidas e intensas, e são responsáveis por representar os pensamentos e reflexões que elaboramos sobre as impressões, as quais são compreendidas como “reflexos atenuados das nossas sensações no espelho dos nossos pensamentos.” (VERGEZ, 1984, p. 18). Vale ainda salientar que, quando perdem a vividez por completo, estas são consideradas ideias perfeitas. Para Hume, as ideias são derivadas, de forma direta ou indireta, das impressões. Na supracitada obra, ele esclarece que

Pela experiência vemos que, quando uma determinada impressão esteve presente na mente, ela ali reaparece sob a forma de uma ideia, o que pode se dar de duas maneiras diferentes: ou ela retém, em sua nova aparição, um grau considerável de sua vividez original, constituindo-se em uma espécie de intermediário entre uma impressão e uma ideia; ou perde inteiramente aquela vividez, tornando-se uma perfeita ideia. A faculdade pela qual repetimos nossas impressões da primeira maneira se chama MEMÓRIA, e a outra, IMAGINAÇÃO. É evidente, mesmo à primeira vista, que as ideias da memória são muito mais vivas e fortes que as da imaginação, e que a primeira faculdade pinta seus objetos em cores mais distintas que todas as que possam ser usadas pela última. (HUME, 2009, p. 32-33)

As ideias são ainda classificadas em simples e complexas. As ideias simples correspondem a uma impressão simples, a exemplo da imagem mental da cor vermelha que lembramos mesmo depois de fechar os olhos. Isso ocorre porque ao olhar para um objeto vermelho, a impressão sensível da cor surge de forma imediata e vívida e, por isso, fica armazenada na memória.

Enquanto isso, as ideias complexas são formadas pela combinação de diversas ideias simples. Estas podem surgir de várias maneiras e decorrem da composição de duas ou mais ideias simples que geram uma complexa. Assim, por exemplo, um unicórnio origina-se da junção da ideia fruto da percepção de um cavalo com a ideia oriunda da percepção de um chifre. Tomemos ainda como exemplo a ideia de casa, que inclui características e elementos como sala, quarto, banheiros, cozinha, porta, janelas, telhados e outras coisas. A nossa mente pode dividir esta impressão, que é complexa, em partes menores e distintas, como a porta, a janela ou o quarto. No *Tratado*, Hume também apresenta a ideia de maçã, pois, sendo esta composta de ideias simples (a cor, a forma, sabor e cheiro), ela é uma combinação de todas estas ideias mais simples, o que a torna, por isso, uma ideia complexa.

As ideias complexas são importantes porque, segundo o filósofo, é por meio delas que a mente humana forma conceitos e raciocínios mais sofisticados do que o faria se utilizasse apenas ideias simples. Ele salienta ainda que a mente humana não possui a capacidade de criar ideias novas, mas apenas recombina, ampliar, transpor ou diminuir as que surgiram das impressões, como foi demonstrado acima. Esta tese corrobora o que ficou conhecido como “empirismo de David Hume”, pois, com ela, o filósofo afirma que tudo que existe na mente humana deriva de uma experiência sensorial anterior.

Além disso, tais ideias também revelam como a imaginação pode combinar e até manipular as nossas experiências sensoriais para criar novas ideias e conceitos. É por meio dessa capacidade de formar ideias complexas que se torna possível a formação de conceitos e juízos sobre o mundo. Ademais, Hume demonstra tal fato ao tratar da relação entre impressões e ideias e como estas podem engendrar os eventos passionais.

## **2.2. As relações entre impressões e ideias e os eventos passionais**

Como já foi demonstrado, as impressões e as ideias são percepções. E o filósofo deixa claro que a relação entre elas se dá pelo fato de que as segundas só existem graças às primeiras. Em outros termos, as ideias são totalmente dependentes das impressões. Segundo Hume, essa dependência é fundamental para que se chegue à compreensão de como a mente humana funciona. Ele destaca também que existem várias semelhanças entre elas, e isso acontece porque, enquanto as impressões são percepções vívidas e

imediatas que recebemos por meio dos sentidos, as ideias são secundárias e se expressam de maneira mais enfraquecida. Hume ainda esclarece que

A primeira circunstância que me chama a atenção é a grande semelhança entre nossas impressões e ideias em todos os pontos, exceto em seus graus de força e vividez. As ideias parecem ser de alguma forma os reflexos das impressões; de modo que todas as percepções da mente são duplas, aparecendo como impressões e como ideias. Quando fecho os olhos e penso em meu quarto, as ideias que formo são representações exatas das impressões que antes senti; e não há sequer uma circunstância naquelas que não se encontre também nestas últimas. [...] Ideias e impressões parecem sempre se corresponder mutuamente. (HUME, 2009, p. 27).

Com efeito, as ideias são responsáveis por todo o conhecimento alcançado pela mente humana. Assim, tal relação de dependência indica que as ideias, mesmo as mais complexas e abstratas, se originam de nossas experiências sensoriais diretas. As paixões, por sua vez, são impressões de segunda ordem (ou de reflexão), as quais são constituídas por sensações, inclusive aquelas mais primitivas (impressões de dor e de prazer) e também pela reflexão que o filósofo define como um conjunto de construções mentais que envolve crenças, juízos e ideias. Para Hume, a paixão é uma forma de existência original formada por uma sensação e por uma avaliação ou uma ideia que o indivíduo elabora. Em suma, trata-se de um estado enraizado em nossa natureza que associa os aspectos sensoriais aos mentais e está ligado às nossas sensações mais básicas e fundamentais. Entretanto, as paixões são diferentes das nossas impressões primárias por serem impressões de reflexão. Pequeno esclarece que

Trata-se de um estado de caráter sensorial e mental que remonta à nossa constituição natural, estando associado às nossas sensações mais primitivas e originárias. Mas, diferentemente das nossas impressões primárias (instinto de preservação, sexualidade, apetites, inclinações e desejos naturais), as paixões são impressões de segunda ordem, também chamadas pelo filósofo de impressões de reflexão. (PEQUENO, 2014, p. 74).

E isso ocorre porque as paixões não são apenas sensações, dado que elas implicam um estado mental no qual se conjugam juízos, crenças e avaliações. Assim, para ser constituídas, é necessário que o indivíduo entenda o que as causou, haja vista que, como afirma Pequeno, “precisa, pois, que o agente apreenda a realidade ou o evento que a desencadeou.” (PEQUENO, 2014, p. 74). O medo, por exemplo, é baseado na ideia de perigo, risco, ameaça, e surge graças à junção da ideia (morte, risco) à sensação (tremor, sudorese, taquicardia). Em outras palavras, a paixão é a junção do que sentimos com a

ideia que formulamos a respeito de algo que desencadeia em nós alguma sensação. Eis por que a relação entre impressões e ideias geram os eventos passionais.

Ademais, tais eventos se afiguram como situações ou ocorrências que despertam as paixões ou emoções nos seres humanos. Ou seja, eles são responsáveis pelo desencadeamento das paixões e das respostas emocionais vivenciadas pelos sujeitos. Nesse sentido, as sensações, conjugadas com juízos e crenças, são responsáveis por produzir as impressões de reflexão as quais se manifestam sob a forma de paixões. Vejamos, a seguir, como Hume compreende as paixões em relação às suas causas e objetos.

### **2.3. As paixões, suas causas e seus objetos**

Vimos que, em seu *Tratado da natureza humana*, Hume considera as paixões como impressões secundárias ou reflexivas que procedem de impressões originais de forma imediata ou não. Acrescenta ainda que elas se originam das impressões primitivas de dor e prazer. Assim, para ele, “dores e prazeres físicos são fontes de muitas paixões, seja quando sentidos, seja quando considerados pela mente; mas surgem na alma, ou no corpo (como se preferir), originalmente, sem nenhum pensamento ou percepção precedente.” (HUME, 2009, p. 310). Ou seja, as paixões são respostas afetivas às sensações.

Hume divide as paixões em calmas e violentas. As primeiras são caracterizadas pelas emoções suaves que não causam uma perturbação significativa na mente, por isso são estáveis e consistentes ao longo do tempo. Para Pequeno, “quando a intensidade (*pattern*) da afecção é fraca e suave, produzindo pouca ou nenhuma agitação mental, estamos diante de uma emoção ou paixão calma.” (PEQUENO, 2014, p. 80). No entanto, mesmo sendo de pouca intensidade, as paixões podem ter uma influência duradoura e constante sobre o comportamento e as decisões do sujeito. Hume esclarece que deste tipo de paixão há o senso do belo e do feio nas ações, composições artísticas e objetos externos. Em outras palavras, estas se revelam, respectivamente, sob a forma de benevolência, bondade e apreciação estética.

As segundas – paixões violentas - são conhecidas por serem experiências sensoriais intensas e arrebatadoras que atingem a mente de forma significativa e que podem ocasionar ações impulsivas. Elas são, muitas vezes, transitórias e inconsistentes, pois surgem com grande intensidade e desaparecem rapidamente. Entretanto, quando se

fazem presentes, são capazes de dominar por completo o comportamento e as decisões do sujeito. Segundo Hume, deste tipo são designadas “as paixões de amor e ódio, pesar e alegria, orgulho e humildade.” (HUME, 2009, p. 310). Da mesma forma, as emoções como o ciúme intenso e o desejo fervoroso também se encaixam nesta categoria. Estas costumam se sobrepor à razão e desencadear ações impulsivas.

Hume ainda apresenta uma subdivisão classificando-as em paixões diretas e indiretas. As primeiras são aquelas que resultam diretamente do bem ou do mal e da dor ou do prazer. Tais tipos não envolvem reflexões adicionais sobre quem sente ou sobre os outros indivíduos. O autor esclarece ainda que as paixões de desejo e aversão, tristeza e alegria, esperança e medo são desse tipo. Sobre elas, Hume explica que

As impressões que decorrem do bem e do mal de maneira mais natural e sem preparação são as paixões diretas de desejo e aversão, tristeza e alegria, esperança e medo, juntamente com a volição. A mente, por um instinto original, tende a se unir ao bem e a evitar o mal, mesmo que os conceba meramente como ideias, e os considere como existindo apenas em algum período futuro. (HUME, 2009, p. 474).

O filósofo acrescenta ainda que elas surgem de um impulso natural que não pode ser explicado. Ao defini-las, ele deixa claro que

Quando o bem é certo ou provável, produz a ALEGRIA. Quando é o mal que se encontra nessa situação, surge a TRISTEZA ou o PESAR. Quando o bem ou o mal são incertos, dão origem ao MEDO ou à ESPERANÇA, segundo os graus de incerteza de um lado ou de outro. O DESEJO resulta do bem considerado simplesmente enquanto tal, e a AVERSÃO deriva do mal. (HUME, 2009, p. 475)

Já as paixões indiretas envolvem reflexões adicionais e geralmente são mediadas por outras emoções e/ou percepções que o sujeito elabora sobre si mesmo ou em relação aos outros, a exemplo do orgulho e da humildade, do amor e do ódio, da compaixão e da malícia. Por estarem presentes nas relações intersubjetivas, elas também são chamadas de paixões sociais, pois decorrem da relação de um sujeito com um outro. Segundo Hume, a paixão deve também ser avaliada de acordo com o objeto e a causa que a desencadeia.

Acerca disso, o filósofo deixa claro que, mesmo as paixões diametralmente opostas, elas compartilham do mesmo objeto, que, para ele, é o “eu”. Em sua obra, o filósofo salienta que “o orgulho e a humildade, embora diretamente contrários, têm o mesmo OBJETO. Esse objeto é o eu, ou seja, aquela sucessão de ideias e impressões relacionadas, de que temos uma memória e consciência íntima.” (HUME, 2009, p. 311).

Ou seja, o objeto das paixões indiretas é o **eu** porque estas são derivadas de reflexões sobre as qualidades ou circunstâncias associadas ao indivíduo.

No que diz respeito às CAUSAS, Hume deixa claro que estas são variadas e podem ser qualquer pessoa, coisa ou circunstância que a desencadeiam, ou seja, a causa é responsável por despertar a paixão que lhe é associada. Em outras palavras, ela é associada a qualidades específicas que são percebidas como boas ou ruins ou que podem ainda ser relacionadas a vícios e virtudes. Alguns eventos são considerados como causas das paixões porque produzem nos seres humanos sensações de dor e prazer. Para o referido autor, “o vício e a virtude, seja por interesse próprio, seja pelos preconceitos da educação, produzem em nós uma dor e um prazer reais” (HUME, 2009, p. 329).

As qualidades mentais apreciadas, como a imaginação, o discernimento, o temperamento, entre outras, são consideradas causas de paixões como o orgulho e o seu oposto pode gerar a humildade. Segundo o filósofo,

Toda qualidade mental de valor, seja da imaginação, do juízo, da memória ou do temperamento [...], todas são causas de orgulho; e seus opostos, de humildade. [...] Nosso país, família, filhos, parentes, riquezas, casas, jardins, cavalos, cães, roupas - tudo isso pode se tornar causa de orgulho ou de humildade. (HUME, 2009, p. 313).

Em suma, essas causas são determinadas pela relação entre o objeto que dá início à emoção e o sujeito (eu) que a experimenta. Nesse mesmo sentido, as paixões indiretas se mostram importantes por suscitarem reflexão e autopercepção, por motivarem as ações e, finalmente, por servirem, como mostraremos adiante, de base para a moralidade. Porém, antes de tratar da relação entre paixão e moralidade, convém esclarecer um dos problemas fundamentais para a compreensão da conduta moral do sujeito: a relação entre necessidade e liberdade.

### 3. A NECESSIDADE COMO PRESSUPOSTO DA LIBERDADE

#### 3.1 Necessidade e Vontade

A fim de tratar do conceito de *necessidade* na filosofia de Hume, antes se faz necessário esclarecer que o filósofo considera que, na natureza, existe uma conexão necessária e causal, de modo que, pela observação, podemos constatar a constância e a repetição com que um evento desencadeia o surgimento de um outro. Ele sugere também que essa inferência é fundamentada no hábito ou no costume, isto porque, quando presenciamos dois eventos que estão constantemente relacionados, a nossa mente se acostuma a esperar o surgimento de um (efeito) ao perceber a existência de algo que lhe é anterior (causa). E é esta expectativa do hábito que chamamos de necessidade. Esta teoria é baseada no conceito de *causalidade*, a qual é apreendida pela observação de uma sequência constante de eventos. Em sua obra *Investigação sobre o entendimento humano*, Hume afirma:

Portanto, nossa ideia de necessidade e de causa surge totalmente da uniformidade verificada nas operações da natureza, na qual os objetos semelhantes estão constantemente conjuntados e o espírito é determinado pelo costume a inferir um pelo aparecimento do outro. Estas duas circunstâncias compreendem toda a necessidade que atribuímos à matéria. (HUME, 2017, p. 91).

Outros conceitos epistemológicos fundamentais para a compreensão do pensamento de Hume são os de *causa* e *efeito*. Segundo ele, uma causa é um objeto seguido por um outro e todos os objetos semelhantes a este primeiro são seguidos por objetos que lhe são similares. De forma mais clara, trata-se de um objeto seguido por outro que, se aquele não fosse dado, este não poderia existir. Ademais, essa definição enfatiza a regularidade que é percebida pela experiência. Tomemos como exemplo o ato de observar o fogo que gera calor. Tal hábito e a constatação da repetição do referido fenômeno, nos permite inferir que o fogo é a causa do calor. Ou seja, sempre que presenciarmos este evento, a nossa mente criará a expectativa de que se o fogo estiver presente, o calor também ocorrerá.

Nesse mesmo sentido, o efeito é tão somente um evento oriundo de uma causa, o qual é esperado em razão da regularidade observada por meio da experiência. Tomando

ainda o exemplo supracitado, o efeito do fogo seria o calor porque este sempre surge depois daquele. Hume esclarece que a relação entre a causa e o efeito é estabelecida por contiguidade, isto é, por sua proximidade no espaço e no tempo. O princípio temporal estabelece que a causa deve preceder o efeito no tempo. Há ainda a conjunção constante de eventos, ou seja, deve existir uma regularidade observada entre tais objetos.

É por tais motivos que o filósofo afirma, como mostramos acima, que a ideia de conexão necessária só existe graças à construção mental que é gerada pela observação de eventos repetidos e encadeados. Isso faz com que esta característica não seja uma qualidade intrínseca dos eventos e nem possa ser definida *a priori*, isto é, antes de ser percebida pela experiência. Para o filósofo, “as causas e efeitos não podem descobrir-se pela razão, senão pela experiência” (HUME, 2017, p. 40). Portanto, a necessidade é o produto gerado pela união dos objetos que é apreendida pelo entendimento.

Com base nisso, o filósofo contesta a noção de causalidade como uma inferência *a priori* da mente, sugerindo que nossa apreensão da relação causa-efeito decorre apenas de um hábito mental e não reflete uma conexão verdadeira e necessária no mundo.

Hume, da mesma forma, considera que a necessidade é também a fonte da vontade e isso ocorre porque as volições e ações humanas são governadas pela mesma lei da causalidade que rege o mundo natural. Assim, para ele, “existe um curso geral da natureza nas ações humanas, assim como nas operações do Sol e do clima” (HUME, 2009, p. 439). Ou seja, a causalidade é um princípio fundamental que governa também os fenômenos mentais. O referido filósofo salienta ainda que, por mais que a vontade não seja considerada uma paixão, a compreensão dela é necessária para explicar as paixões. Ele a define como uma impressão interna e consciente que temos ao decidir, de forma deliberada, as nossas ações. A vontade pode ainda ser compreendida como a faculdade da mente que é responsável pelo direcionamento dos movimentos do corpo ou pela determinação da própria mente. Ela representa, pois, a capacidade de o sujeito decidir e realizar uma ação específica ou de pensar de determinada maneira.

Outrossim, para o autor, por mais que ela seja diretamente responsável por nossas ações voluntárias, tal motivação está intimamente ligada às paixões pelo fato de ser por elas determinada. Em outros termos, as paixões e as emoções são as principais forças motivadoras da vontade, e não a razão, como a filosofia moral tradicional considerava. Hume, com isso, postula que todas as ações humanas são o resultado de uma cadeia causal que inclui as percepções, as impressões e as paixões. Com isso, ele sugere que o fator determinante para o surgimento da vontade e a efetivação das ações resulta de uma

combinação entre a vontade, os desejos, as emoções e as circunstâncias externas, e que tudo isso decorre da necessidade. Hume salienta também que a razão não pode ser o motivo para uma ação e que não há oposição entre razão e paixão na direção da vontade. Segundo ele, as paixões só podem ser contrárias à razão quando estão acompanhadas de algum juízo, crença ou opinião. O autor considera impossível que ambas se oponham ou disputem o controle da vontade e das ações humanas, já que, em matéria de conduta, a razão é sempre subserviente às paixões. Como indica o filósofo, “a razão é, e deve ser, apenas a escrava das paixões, e não pode aspirar a outra função além de servir e obedecer a elas” (HUME, 2009, p. 451). Isso significa que o entendimento não é capaz de justificar e nem condenar as paixões, nem, tampouco, de reger a vontade.

Vale salientar que, quando a força da paixão atua na direção da vontade, a emoção que a acompanha acaba se unindo ou se transformando nela, pois, como indica Hume, “qualquer emoção que acompanhe uma paixão se converte facilmente nessa paixão, ainda que suas naturezas sejam originalmente diferentes ou até contrárias” (HUME, 2009, p. 455). A tese de Hume é que, quando existem duas paixões que foram reproduzidas por causas separadas, mas que estão presentes na mente, elas se unem facilmente, de modo que apenas a paixão dominante prevalece. Assim, diz ele, “a paixão predominante absorve a inferior e a transforma em si própria.” (HUME, 2009, p. 455). Hume observa também que uma nova emoção nos “espíritos animais” surge quando há a oposição entre duas paixões e que isso produz mais desordem do que o concurso de dois afetos da mesma força. Tal fato se explica porque, naturalmente, temos a tendência a desejar o que é proibido. Sobre isso, o autor afirma que “o esforço que a mente realiza para superar o obstáculo excita os espíritos animais e aviva a paixão.” (HUME, 2009, p. 457).

Hume deixa claro que a racionalidade não produz nenhuma emoção sensível e, por isso, algumas vezes, as paixões calmas são confundidas com a razão, porque “toda ação da mente que opera com a mesma calma e tranquilidade é confundida com a razão por todos aqueles que julgam as coisas por seu primeiro aspecto e aparência” (HUME, 2009, p. 453). E, ao abordar a relação da vontade com as paixões, ele explica que é necessário esclarecer que as paixões influenciam de forma menos violenta a vontade quando comparamos, por exemplo, ao que elas causam no humor. No segundo caso, elas costumam ser mais violentas e arrebatadoras, o que é uma característica das paixões violentas. O filósofo sugere ainda que, quando uma paixão é estabelecida como um princípio da ação, ela não costuma produzir mais nenhuma agitação sensível. Desse modo, “como a repetição, o costume e sua própria força fazem tudo se submeter a ela, a

paixão dirige as ações e a conduta sem essa oposição e essa emoção que tão naturalmente acompanham cada explosão momentânea de paixão” (HUME, 2009, p. 454). Isso explica porque tudo que é novo para nós tem mais capacidade de nos afetar e proporciona mais prazer ou dor do que algo que é repetitivo e constante. Ainda sobre o costume, Hume explica que este não somente facilita a realização de uma ação como também cria uma inclinação e tendência a realizá-la.

Para concluir, faz-se necessário destacar que o nosso autor sugere que a relação entre os desejos e as ações é tão regular e previsível quanto as relações causais no mundo físico, haja vista que os humanos possuem a tendência de maximizar o prazer e diminuir ou eliminar a dor. Tomemos, como exemplo, o fato de alguém ter sede. Ora, essa pessoa sente a sede (desejo) e buscará a água (ação para saciar a sede) e, de acordo com o filósofo, essa previsibilidade decorre da necessidade que atua sobre o corpo. Nesse sentido, a vontade apenas segue, de forma natural, os desejos e as motivações determinadas pela natureza. Por conseguinte, a vontade está sempre sujeita às necessidades e motivações que surgem de nossa constituição psicológica e das circunstâncias externas. Porém, isso não conspurca a liberdade do indivíduo, já que continuamos escolhendo livremente as nossas ações, e tais escolhas são influenciadas por fatores internos e externos que moldam os nossos desejos e as nossas motivações. Apesar disso, a liberdade continua sendo produto de um determinismo natural.

### **3.2.Determinismo natural e Liberdade**

De acordo com a tradição filosófica, a ideia de determinismo natural postula que todos os eventos no universo (inclusive as ações humanas) são determinados por causas anteriores. Ou seja, essa perspectiva não deixa espaço para a concepção de liberdade como produto do acaso. Nesse sentido, tudo o que acontece no universo é resultado de uma cadeia ininterrupta de causas e efeitos.

A liberdade, não obstante o determinismo natural, continua sendo uma prerrogativa do livre-arbítrio humano. Em outros termos, a capacidade dos indivíduos de escolher as suas ações independentemente de causas determinantes continua presente. Com efeito, a liberdade pode ser entendida como o poder de o sujeito agir de acordo com a própria vontade, isto é, sem coerções, sejam elas externas ou que provenham da necessidade criada pela causalidade.

Hume, com isso, considera que a liberdade e o determinismo não são instâncias mutuamente excludentes, podendo, pois, ambos coexistirem em harmonia. E isso se dá porque o filósofo sustenta a tese de que tudo que ocorre no universo é resultado de uma cadeia causal, ou seja, as mesmas causas sempre vão produzir os mesmos efeitos, seja na natureza ou nas ações humanas. A causalidade é a fonte da vontade, da liberdade e das paixões, sendo, ainda, como observa Hume, o princípio originário das ações e empreendimentos humanos. Em sua obra *Investigação sobre o entendimento humano*, ele observa que

Os mesmos motivos produzem sempre as mesmas ações; os mesmos eventos resultam das mesmas causas. A ambição, a avareza, o amor-próprio, a vaidade, a amizade, a generosidade e o espírito público, paixões misturadas em vários graus e distribuídas pela sociedade, têm sido, desde o começo do mundo, e ainda são, a fonte de todas as ações e empreendimentos que se tem sempre observado entre os homens. [...] A humanidade é bastante parecida, em todos os tempos e lugares, e a história nada nos informa de novo ou estranho a esse respeito. (HUME, 2017, p. 92)

Nesse sentido, a liberdade é compatível com a ideia de determinismo. Segundo Hume, a verdadeira liberdade não diz respeito à ausência de causas determinantes, e sim à capacidade de o indivíduo agir de acordo com os próprios desejos, emoções e motivações. Para o filósofo, “por liberdade, então, podemos apenas entender um poder de agir ou de não agir segundo as determinações da vontade; isto é, se escolhermos permanecer em repouso, podemos; mas, se escolhermos mover-nos, também podemos.” (HUME, 2017, p. 102).

Para tanto, esta liberdade se dá quando inexiste a coerção externa. Isto significa que um indivíduo é livre quando pode agir de acordo com as suas próprias emoções, desejos e paixões sem ser coagido ou forçado a fazê-lo por fatores externos. Portanto, por mais que as ações do homem sejam determinadas por suas motivações internas e suas circunstâncias, este ainda pode ser considerado livre ao agir. Nesse sentido, a liberdade é a capacidade e a possibilidade de o sujeito agir conforme as próprias inclinações dentro da cadeia causal.

Sendo assim, estes dois conceitos coexistem e se relacionam na medida em que a liberdade do homem se encontra no agir conforme a sua própria vontade. Hume afirma que o determinismo é apenas a regularidade observada nas relações de causa e efeito, tanto na natureza quanto nas ações humanas. Segundo ele, esta regularidade não é capaz de impedir o livre agir do sujeito, pois as ações dos seres humanos são governadas pelas

próprias vontades (paixões, emoções e motivações). Portanto, mesmo sob a égide do determinismo natural, o homem é considerado livre por agir conforme as suas próprias decisões.

## 4. Moral e Natureza Humana

### 4.1. As distinções morais e os eventos sensoriais

Em seu *Tratado da Natureza Humana*, Hume demonstra que o tema da moral interessa fundamentalmente aos homens, pois, para ele, a moral é necessária para manter a ordem e a paz na sociedade. Ele defende tal ideia ao afirmar que “imaginamos que a paz da sociedade está em jogo a cada decisão que tomamos a seu respeito...” (HUME, 2009, p. 496). A moral se afigura como resultado da necessidade de o indivíduo viver bem e esse interesse é parte integrante da natureza humana que busca se preservar e evoluir. Ao ressaltar a importância da moral, o filósofo ainda indaga sobre a origem das distinções morais, ou seja, da diferença existente entre valores, crenças e atitudes normativas. Para tanto, ele discorre sobre um dos equívocos da filosofia tradicional: a centralidade conferida à razão em matéria de moral.

De fato, durante grande parte da tradição filosófica, a razão foi concebida como a fonte originária das mais elevadas conquistas e virtudes humanas. A *ratio* seria o único meio para ordenar a vida humana e, sobretudo, controlar os apetites e inclinações dos indivíduos. Isso porque a razão sempre foi tomada como a faculdade que determinaria nosso modo de pensar e agir, sendo, ainda, a instância responsável pelo nosso julgamento acerca do vício e da virtude, do bem e do mal morais. Nisso consiste o seu privilégio em relação às paixões. Para o autor, “a eternidade, a inviabilidade e a origem divina da razão têm sido retratadas nas cores mais vantajosas”, ao passo que “a cegueira, a inconstância e o caráter enganoso da paixão foram salientados com o mesmo vigor” (HUME, 2009, p. 449).

Assim, ao refletir sobre a origem das distinções morais, Hume investiga a influência da razão sobre a vontade e as ações humanas. Para ele, tal faculdade destina-se “a descoberta da verdade e da falsidade” e que “a verdade e a falsidade consistem no acordo e desacordo” - “seja quanto à relação *real* de ideias, seja quanto à existência e aos fatos *reais*” -, de modo que “aquilo que não for suscetível desse acordo ou desacordo será incapaz de ser verdadeiro ou falso, e nunca poderá ser objeto de nossa razão” (HUME, 2009, p. 498). Nesse sentido, a razão, pelo fato de lidar apenas com a relação de fatos e ideias, seria incapaz de influenciar a nossa vontade, haja vista que ela se ocupa em definir

se uma crença pode ser falsa ou verdadeira. Eis por que, para ele, “as regras da moral (...) não são conclusões de nossa razão” (HUME, 2009, p. 497).

Para Hume, todo autor que defende a ideia de que a moralidade do sujeito tem como fundamento a razão está apenas emitindo uma opinião com base em suas ideias ou crenças. Porém, tanto as ideias quanto as crenças fornecidas pelo nosso entendimento não têm o poder motivacional para desencadear as nossas ações, uma vez que tão somente dizem respeito às atividades intelectuais da mente. Por meio da razão podemos bem pensar, mas não necessariamente agir.

De acordo com o filósofo britânico, a ideia de primazia da razão em matéria de moral é inconsistente e equivocada, pois a racionalidade destina-se a elucidar a relação entre fatos e ideias, além de se ocupar das operações de probabilidade, cálculo e demonstração. Isso significa que a razão somente poderia exercer alguma influência em nossas ações se fosse impulsionada por um sentimento de aversão ou aprovação.

Por conseguinte, a razão, segundo Hume, se revela impotente para determinar nossas ações no campo da moral e, por isso, ela se afigura incapaz de estimular ou impedir as ações de nossa vontade. Ademais, para ele, somente um impulso da mesma natureza sensorial poderia combater ou se opor a um sintoma já instalado. Em outras palavras, diz Hume:

Nada pode se opor ao impulso da paixão, ou retardá-lo, senão um impulso contrário; e para que esse impulso pudesse alguma vez resultar da razão, esta última faculdade teria de exercer uma influência original sobre a vontade e ser capaz de causar, bem como de impedir qualquer ato volitivo. Mas se a razão não possui uma influência original, é impossível que possa fazer frente a um princípio com essa eficácia, ou que possa manter a mente em suspenso por um instante sequer (HUME, 2009, pp. 450 - 451).

Disso se conclui que a razão jamais pode se opor às paixões, e, por isso mesmo, não é capaz de determinar uma ação de nossa vontade, de modo que só resta à razão se submeter às motivações oriundas das nossas vivências passionais.

Assim, uma vez que as valorações de caráter moral provêm de impressões que consideramos agradáveis ou repulsivas, isso significa que o vício e a virtude não são qualidades que podemos encontrar nos objetos exteriores por meio da razão ou do entendimento. O filósofo explica tal ideia da seguinte forma:

[não] há espetáculo mais belo e formoso que uma ação nobre e generosa; e nenhum gera em nós maior repulsa que uma ação cruel e traiçoeira. Nenhum prazer se iguala à satisfação que obtemos com a companhia daqueles que amamos e estimamos; mas a maior de todas as punições é sermos obrigados a passar o resto de nossas vidas com aqueles que odiamos ou desprezamos. Mesmo uma peça de teatro ou um romance podem nos oferecer exemplos desse prazer que a virtude nos transmite, bem como dessa dor que resulta do vício (HUME, 2009, p. 510).

Nesse sentido, as considerações que fazemos sobre o que é agradável ou desagradável fomentam juízos a respeito dos atos louváveis ou censuráveis, de modo que essas impressões “não são senão dores e prazeres particulares” (HUME, 2009, p. 510). Isso significa que as ações que nos agradam tendem a ser consideradas como virtuosas e aquelas que geram desconforto ou indignação são tomadas como viciosas. É isso, aliás, que nos faz aprovar ou reprovar determinadas ações, pois tanto a censura quanto o louvor estão relacionados à nossa capacidade de sentir prazer ou dor.

Com base em tais pressupostos, Hume conclui que as distinções morais não derivam da razão, mas sim dos sentimentos e emoções. Ele considera, como vimos, que as percepções morais são uma espécie de impressão de reflexão, baseadas em nossos sentimentos de prazer e dor em resposta às ações e caracteres humanos. Isso significa que os sentimentos de prazer e dor guiam o instinto do homem, levando-o sempre a procurar o primeiro e a evitar o segundo. Hume, com isso, refuta as abordagens racionalistas sobre a moral, para as quais a virtude implica a conformidade da ação com a racionalidade do sujeito. As distinções morais são, portanto, subjetivas e derivam das referidas experiências sensoriais: os sentimentos de dor e prazer. Estes eventos representam impressões recebidas pelos sentidos e são responsáveis por formar as nossas percepções sobre o mundo e, em particular, sobre a moral.

Ademais, uma vez que tudo o que está presente na mente são percepções, os juízos por meio dos quais definimos o que é o bem e o mal também são operações da mente. Assim, aprovar ou condenar um caráter ou uma ação resulta apenas de duas percepções diferentes vivenciadas pelo indivíduo. Para ilustrar tal ideia, Hume discorre sobre as virtudes e os vícios, considerando que aquelas são capazes de produzir amor ou orgulho, enquanto estes podem suscitar humildade ou ódio. As virtudes e os vícios são, pois, qualidades das ações, sentimentos e caracteres que evocam respostas emocionais de prazer ou desprazer. E, para o referido autor, essas qualidades não são objetivas ou racionais, e sim subjetivas e derivadas da natureza humana. Assim, enquanto as virtudes

são caracterizadas como comportamentos e ações que causam sensação de prazer e aprovação, os vícios são reconhecidos por provocarem desprazer e desaprovação nas pessoas que observam as ações viciosas. As primeiras são identificadas pelas impressões e sentimentos positivos que provocam, podendo ser percebidas por meio da simpatia que nos faz sentir prazer ao ver os outros agirem de maneira benéfica e agradável. Assim, a benevolência, a justiça, a coragem e a sabedoria são exemplos de sentimentos virtuosos. Enquanto isso, os vícios são reconhecidos mediante as impressões e os sentimentos negativos que evocam, pois é comum sentirmos desprazer ou dor ao ver alguém sendo prejudicado ou em estado de sofreguidão. A malevolência, a injustiça, a covardia e a ignorância são exemplos de condutas viciosas. Com efeito, o filósofo define como virtuosas todas as qualidades mentais que transmitem satisfação, e, como viciosas, aquelas que provocam algum desconforto ou infortúnio. Isto fica claro em seu *Tratado*, quando ele afirma que

as distinções morais dependem inteiramente de certos sentimentos peculiares de dor e prazer, e que toda qualidade mental, existente em nós ou nos outros, que nos dê uma satisfação quando a consideramos ou refletimos sobre ela será naturalmente virtuosa, assim como toda coisa dessa natureza que nos provoque um desconforto será viciosa. (HUME, 2009, p. 614).

Hume conclui, portanto, que os vícios e as virtudes não são determinados pela razão, mas decorrem das impressões e sentimentos que caracterizam a natureza humana. Ele explica ainda que as decisões a respeito da retidão e da depravação morais são percepções, de modo que a moralidade é mais sentida do que julgada. Assim, ele reitera que uma ação, sentimento ou caráter é classificado como virtuoso ou vicioso devido ao prazer ou ao desprazer que causa. Ou seja, ambos estão intrinsecamente ligados às respostas emocionais humanas evocando prazer ou dor e, por conseguinte, aprovação ou desaprovação. Disso resulta que possuir o sentido da virtude significa sentir uma satisfação de um determinado tipo ao perceber um caráter ou uma conduta que reputamos louvável.

Todavia, para Hume, a moral também pode influenciar as ações e os afetos, despertando as paixões que permitem ou impedem ações, e, por isso, ela não pode ser derivada da razão. Ainda de acordo com ele, “a moral desperta paixões, e produz ou impede ações. A razão, por si só, é inteiramente impotente quanto a esse aspecto. As regras da moral, portanto, não são conclusões de nossa razão” (HUME, 2009, p. 497). Isso significa que um princípio ativo, como é o caso das paixões, não poderia nunca surgir

de um princípio inativo, a exemplo da razão. De acordo com Hume, os objetos do entendimento, como as inferências, os raciocínios e as crenças, revelam verdades. Porém, quando estas são neutras, isentas de sentimentos, como é o caso do desejo ou da aversão, não podem influenciar a conduta ou o comportamento do sujeito.

A razão é ainda considerada impotente em questões morais por se mostrar desprovida de força motivacional e por possuir apenas um poder teórico. Em outras palavras, a razão é apenas a descoberta da verdade ou da falsidade, enquanto as nossas paixões, volições e ações situam-se para além disso, pois são fatos e realidades que remontam à nossa condição natural ou primitiva. Por conseguinte, não cabe à nossa faculdade intelectual contrariar, suspender ou mesmo anular os efeitos de uma paixão. Com isso, é impossível afirmar ou defender a verdade ou a falsidade das paixões ou ainda dizer que elas são contrárias ou conforme à razão. Eis por que, as distinções morais, conclui Hume, não são frutos da razão. Com efeito, é possível que juízos falsos façam com que as paixões do sujeito o levem a cometer algum tipo de erro, mas, mesmo assim, seria impróprio falar que isso torna as paixões contrárias à razão, pois o que estaria errado seria apenas o juízo ou a crença elaborada pelo indivíduo e não propriamente a sensação que ele vivencia. Hume acrescenta que

Como uma paixão não pode nunca, em nenhum sentido, ser dita contrária à razão, a não ser que esteja fundada em uma falsa suposição, ou que escolha meios insuficientes para o fim pretendido, é impossível que razão e paixão possam se opor mutuamente ou disputar o controle da vontade e das ações. Assim que percebemos a falsidade de uma suposição ou a insuficiência de certos meios, nossas paixões cedem à razão sem nenhuma oposição. [...] Posso querer realizar certas ações como meio de obter um bem desejado; mas como minha vontade de realizar essas ações é apenas secundária, e se baseia na suposição de que elas são as causas do efeito pretendido, logo que descubro a falsidade dessa suposição tais ações devem se tornar indiferentes para mim. (HUME, 2009, p. 452)

Dessa forma, o filósofo alega que inexiste um conflito entre a paixão e a razão, haja vista que, mesmo que sejam de naturezas distintas, elas não são instâncias contrárias. Ademais, se todos os sentimentos vívidos e a propensão em favor da virtude e a aversão ao vício fossem extintos, tornando, assim, os homens indiferentes em relação à essas distinções, a moralidade não seria mais um domínio prático e deixaria, com isso, de regular as nossas ações. No entanto, o autor considera que, mesmo que a moralidade não seja definida pela razão, esta, ainda que de forma secundária ou indireta, se faz presente em nossas ações, pois, para que o discernimento sobre sentimentos e interesses se dê, alguns raciocínios ou crenças são necessários. Com isso, ele considera que o papel do

raciocínio é tratar de questões de fato e fortalecer o entendimento que temos das coisas.

Sobre isso, Pequeno esclarece que

A submissão da razão aos afetos não a impede de atingir ou mudar determinadas sensações, influenciando, ainda que indiretamente, as ações. Mas, ao contrário do caráter ativo dos afetos que, como indica Hume, são capazes de determinar a conduta dos indivíduos, a razão representa uma força passiva na esfera das ações humanas. A faculdade que chamamos razão não possui qualquer capacidade de motivar um indivíduo a agir. [...] a sua atuação no plano moral consiste tão somente em observar e demonstrar a coerência lógica das ações, crenças e volições. (PEQUENO, 2014, p.91)

Em sua obra *Uma investigação sobre os princípios da moral*, Hume examina em que medida o sentimento e a racionalidade participam de nossas decisões. E, tendo em vista que um dos fundamentos do louvor moral consiste em sua utilidade, convém considerar que a razão participa de todas as decisões dessa natureza. Entretanto, o filósofo observa que, ainda que a razão nos faça reconhecer a utilidade das ações, ela não consegue suscitar censura ou aprovação moral. Isso porque

embora a razão, quando plenamente desenvolvida e cultivada, seja suficiente para nos fazer reconhecer a tendência útil ou nociva de atributos e ações, ela sozinha não basta para originar qualquer censura ou aprovação moral. A utilidade é apenas a tendência para atingir um certo fim, e, se esse fim nos fosse de todo indiferente, a mesma indiferença seria experimentada em relação aos meios. É preciso, aqui, que um sentimento venha a se manifestar, para que se estabeleça a preferência pelas tendências úteis diante das nocivas. (HUME, 2013, p. 146)

Tal sentimento decorre do interesse que os seres humanos têm pela felicidade, da mesma forma como eles manifestam indignação perante a desgraça. Nesse sentido, a razão pode até demonstrar as tendências das ações, porém é a benevolência que decide em favor das mais úteis e benéficas. Além disso, segundo Hume, o que é condenável constitui um conjunto de relações morais que são descobertas pela razão, as quais são determinadas pela simples comparação da ação com uma regra. A hipótese dele é que a moral “define a virtude como qualquer ação ou qualidade espiritual que comunica ao espectador um sentimento agradável de aprovação; e o vício como o seu contrário.” (HUME, 2013, p. 149).

Parece claro que os fins últimos das ações humanas podem ser suscitados pelos sentimentos e afecções da humanidade. Desse modo, sempre que se pergunta a um homem sobre o seu desejo por algo, frequentemente ele responde que este algo é desejado devido à sua conformidade com seus sentimentos e afecções. Hume considera que

como a virtude é um fim, e é desejável por si mesma, sem retribuição ou recompensa, simplesmente pela satisfação imediata que comunica, é necessário que haja algum sentimento tocado por ela, algum gosto, alguma sensação, ou como se quisesse chamá-lo, que distinga entre o bem e o mal morais, e adira ao primeiro ao mesmo tempo em que rejeite o segundo. (HUME, 2013, p. 154)

Portanto, razão e sentimento trabalham juntos na constituição do mundo moral, pois, enquanto “a primeira transmite o conhecimento sobre o que é verdadeiro ou falso; o segundo fornece o sentimento de beleza e fealdade, de virtude e vício.” (HUME, 2013, p. 154). A razão, por ser fria e desinteressada, não constitui um motivo para a ação, mas apenas direciona o impulso recebido dos apetites e inclinações, nos mostrando os meios para atingir a felicidade e evitar o sofrimento.

Logo, se os eventos passionais fossem retirados de nossas vivências, fazendo com que não fôssemos mais afetados pelas paixões e pelas motivações que delas decorrem, isso resultaria na nossa incapacidade de agir. Ainda de acordo com Hume, as emoções e sentimentos são fundamentais para motivar e direcionar nossas ações, haja vista que eles são a força motriz do nosso comportamento moral. Desse modo, a ausência de sentimentos não apenas nos tornaria incapazes de agir, mas também nos privaria da capacidade de fazer julgamentos morais e de nos envolver em relações sociais significativas, enfraquecendo, assim, a própria estrutura de nossa moralidade. Hume, com isso, indica que temos predisposição naturais para agir moralmente, pois somos seres marcados pelo interesse de realizar as nossas necessidades vitais. O filósofo, ademais, considera que possuímos uma tendência inata a agir moralmente e essa inclinação é por ele denominada de senso moral (*moral sense*)

#### **4.2. O senso moral enquanto disposição inata do sujeito**

Hume define o *senso moral* como uma capacidade sensorial que é desenvolvida a partir das nossas experiências e interações sociais. Ora, como já foi evidenciado, as distinções morais surgem das impressões e dos sentimentos que são característicos da natureza humana. Eis por que o filósofo enfatiza que as paixões são cruciais na formação de nossas avaliações morais. Essa abordagem *empírica* e *emotivista* evidencia que o senso moral é uma disposição intrínseca aos seres humanos, que se forma e se aprimora por meio da experiência. Em outras palavras, os seres humanos já nascem capazes de sentir

afetos ligados à benevolência e à cooperação e esses afetos são responsáveis por suas distinções e decisões morais.

Em sua obra *Uma investigação sobre os princípios da moral*, Hume esclarece que as disputas no campo da moral não se dão por raciocínio lógico, mas por afetos, pois, segundo ele, “engajam-se na controvérsia por afetação, por um espírito de oposição ou pelo desejo de mostrar um brilho e uma inventividade superiores aos do resto da humanidade.” (HUME, 2013, p. 19). Em face disso, não se pode duvidar das distinções morais, pois não parece razoável que os seres humanos acreditem que todas as ações são dignas de estima e consideração. Isso porque, como salienta Hume, até mesmo os homens destituídos de estatura intelectual são dotados da percepção do certo e do errado.

Em seu *Tratado*, Hume trata ainda das necessidades e carências do ser humano ao afirmar que

De todos os animais que povoam nosso planeta, à primeira vista parece ser o homem aquele contra o qual a natureza foi mais cruel, dadas as inúmeras carências e necessidades com que o cobriu e os escassos meios que lhe forneceu para aliviar essas necessidades. Em outras criaturas, esses dois pontos em geral se compensam mutuamente. Se considerarmos que o leão é um animal voraz e carnívoro, descobriremos facilmente que é cheio de necessidades; mas se prestarmos atenção em sua constituição e temperamento, sua agilidade, sua coragem, suas armas e sua força, veremos que nele as vantagens são proporcionais às carências. O carneiro e o boi carecem de todas essas vantagens, mas seus apetites são moderados e seu alimento é fácil de obter. Apenas no homem se pode observar, em toda sua perfeição, essa conjunção antinatural de fragilidade e necessidade. Não somente o alimento necessário para sua subsistência escapa a seu cerco e aproximação, ou, ao menos, exige trabalho para ser produzido, como, além disso, o homem precisa de roupas e abrigos para se defender das intempéries. Entretanto, considerado apenas em si mesmo, ele não possui armas, força ou qualquer outra habilidade natural que seja em algum grau condizente com suas necessidades. (HUME, 2009, p. 525-526).

Dito isso, a forma que o animal homem encontra para tentar suprir as suas necessidades está, de certa forma, ligada aos relacionamentos interpessoais por ele estabelecidos. Em outros termos, para compensar essas carências e necessidades, é necessário que o ser humano conviva em *sociedade*<sup>1</sup>.

O filósofo argumenta que a vida em sociedade é essencial para o bem-estar do ser humano e também para o desenvolvimento de sua moralidade. Segundo ele, a sociedade é um arranjo necessário para que se realizem os desejos, necessidades e interesses dos

---

<sup>1</sup> Para fins de esclarecimento, esse termo, em seu sentido geral, possui três definições: “1º campo de relações intersubjetivas [...] 2º a totalidade dos indivíduos entre os quais ocorrem essas relações; 3º um grupo de indivíduos entre os quais essas relações ocorrem em alguma forma condicionada ou determinada.” (ABBAGNANO, 1998, p. 912).

humanos. Ele defende a ideia de que os indivíduos, ao perceberem os benefícios da cooperação e da vida comunitária, desenvolvem práticas que promovem a estabilidade humana e a harmonia social. O autor enfatiza ainda que a utilidade é um princípio central na vida social do homem e que as normas e instituições que promovem o bem-estar geral são valorizadas especificamente por causa de sua utilidade. Em outros termos, as chamadas *virtudes sociais* são vistas como necessárias e colaboram para o bem-estar da humanidade.

As virtudes naturais são disposições e qualidades que surgem de forma espontânea na natureza humana. Elas são universalmente reconhecidas e valorizadas em todas as sociedades. Segundo Hume, tais virtudes independem de convenções sociais ou de acordos entre indivíduos. Trata-se aqui de uma inclinação natural que leva as pessoas a agirem de forma benevolente, generosa e compassiva. Elas incluem características como a bondade, a generosidade, a conexão e a *simpatia*, as quais são apreciadas pelo prazer que proporcionam ao serem observadas nos outros.

No que se refere às virtudes sociais, estas são assim chamadas em razão da importância que assumem no âmbito da sociedade, uma vez que também colaboram para o bem da humanidade. Tais virtudes são, pois, sempre consideradas benéficas, de modo que fatores como “a felicidade da humanidade, a ordem da sociedade, a harmonia das famílias, o apoio mútuo dos amigos são sempre considerados como o resultado do domínio benévolo dessas virtudes sobre os corações dos seres humanos.” (HUME, 2013, p. 33). A prova disso é que a docilidade, a beneficência, a caridade, a generosidade, a clemência, a moderação e a equidade se destacam entre as qualidades morais e são também denominadas de virtudes sociais.

Ademais, é fato que as distinções morais surgem da tendência das nossas qualidades naturais que visam a promover o interesse da sociedade, e é devido a tais interesses que aprovamos ou reprovamos as ações e condutas humanas. Com efeito, a diferença existente entre as virtudes naturais e as sociais consiste no fato de que o bem resultante das primeiras deriva de cada ato isolado, posto que se trata do objeto de alguma paixão natural; enquanto um ato de *justiça* (virtude social), por exemplo, se considerado isoladamente, pode ser contrário ao bem público. Sobre isso, o filósofo explica que

não há qualidades mais merecedoras da boa vontade e da aprovação geral da humanidade do que a beneficência e o caráter humanitário, a amizade e a gratidão, a afeição natural e o espírito público, e tudo o que procede de uma terna simpatia pelos demais e de uma generosa preocupação pelo nosso grupo e espécie. Tais qualidades, onde quer que se manifestem, parecem de certa forma difundir-se entre todos os que as contemplam e produzir neles, em seu

próprio interesse, os mesmos sentimentos favoráveis e afetuosos que elas exercem ao seu redor. (HUME, 2013, p. 29)

Além disso, no âmbito das decisões morais, Hume salienta que o foco é a utilidade pública, valorizando, assim, os verdadeiros interesses da humanidade. Nesse sentido, não existe nada que confira mais mérito aos seres humanos do que o sentimento de benevolência devido à sua tendência em promover o bem da espécie e trazer felicidade à sociedade. Vale ainda destacar que a *justiça*, enquanto virtude social, recebe uma atenção significativa por sua importância na sociedade. Ele observa que a sua origem decorre de sua utilidade pública, já que, por exemplo, se a natureza capacitasse a espécie humana abundantemente de todas as conveniências exteriores, sem que ela precisasse fazer nenhum esforço, e apenas a música, a poesia e a contemplação fossem as suas ocupações, as virtudes sociais floresceriam e a justiça não existiria, pelo fato de não haver a necessidade pública dela. Hume ainda se pergunta sobre qual seria a utilidade dela se cada indivíduo já tivesse mais do que o suficiente, e ele mesmo responde afirmando que, nesse caso, ela não passaria de uma vã cerimônia e seria completamente inútil, fazendo com que deixasse de ser considerada uma virtude. Portanto, o objetivo da justiça, assim como de suas leis, é servir aos interesses da sociedade, na medida em que “o bem da humanidade é o único objetivo de todas essas leis e regulamentações.” (HUME, 2013, p. 44). Uma vez demonstrado que as distinções e o senso moral decorrem da necessidade humana e que esta está na origem das virtudes naturais e sociais, Hume irá tratar daquele sentimento que, segundo ele, favorece a cooperação, a união e a sociabilidade dos indivíduos: a simpatia.

#### **4.3. Simpatia e conduta normativa**

Considerada por Hume como uma virtude social, a *simpatia* constitui-se também como um mecanismo psicológico mediante o qual os sentimentos e as emoções de um indivíduo são transmitidos a um outro. Ou seja, trata-se de uma espécie de contágio emocional em que as emoções são refletidas e compartilhadas pelos indivíduos. Em Hume, a simpatia não se revela apenas como uma forma de empatia ou compaixão, pois ela se afigura também como um princípio que explica o motivo de sermos capazes de compreender e reagir às emoções e experiências alheias. O filósofo argumenta, ainda, que

todas as nossas distinções morais derivam dela, haja vista que, ao experimentarmos as emoções dos outros por meio da simpatia, somos capazes de julgar as suas ações como boas ou más. Isso explica por que sentimos sempre prazer ao observar atos generosos e justos e desprazer ou descontentamento ao presenciar ações cruéis e injustas. É por meio da simpatia que aprovamos ou desaprovamos uma ação ou caráter. Ou seja, ao perceber que certa ação causa benefícios aos outros, tendemos a aprová-la; e o seu contrário nos leva a desaprová-la. De acordo com Hume, esses fatores formam a base dos nossos julgamentos morais e condutas normativas.

Hume concebe a simpatia como um elemento constitutivo da natureza humana, já que esta permite a unidade dos temperamentos, crenças e julgamentos (mesmo entre indivíduos diferentes). Nesse sentido, a simpatia aparece também como a forma pela qual nos conectamos com os valores e sentimentos alheios, ou seja, percebemos suas tendências, sensações e inclinações, de modo que, com isso, ampliamos a nossa capacidade de conviver e interagir com o outro. De acordo com o filósofo,

Não há na natureza humana qualidade mais notável, tanto em si mesma como por suas consequências, que nossa propensão a simpatizar com os outros e a receber por comunicação suas inclinações e sentimentos, por mais diferentes ou até contrários aos nossos. Isso é evidente não apenas nas crianças, que aceitam sem pestanejar qualquer opinião que lhes seja proposta, mas também em homens de grande discernimento e inteligência, que têm muita dificuldade em seguir sua própria razão ou inclinação quando esta se opõe à de seus amigos ou companheiros do dia a dia. É a esse princípio que devemos atribuir a grande uniformidade observável no temperamento e no modo de pensar das pessoas de uma mesma nação; é muito mais provável que essa semelhança resulte da simpatia que de uma influência do solo ou do clima, os quais, mesmo que continuem invariavelmente iguais, são incapazes de manter o caráter de uma nação igual por todo um século (HUME, 2009, p. 351).

Nesse sentido, pode-se afirmar que, sem a simpatia, seríamos incapazes de estabelecer certas interações sensoriais e morais, já que, como somos influenciados por sentimentos (paixões) tanto altruístas como egoístas, seria difícil atingir essa dimensão de cooperação em sociedade apenas por meio de princípios, crenças ou convicções.

Eis por que em seu *Tratado*, o referido autor examina não apenas a força e a natureza, mas também a finalidade e as consequências da simpatia. Assim, para ele, uma vez que as mentes dos homens são similares em seus sentimentos (*feelings*), não é possível que alguém seja movido por um afeto que não ocorra também nas outras pessoas.

No entanto, as paixões alheias não se revelam diretamente às nossas mentes, pois são as suas causas e efeitos que despertam a nossa simpatia (aqui a causalidade também se faz presente). Isso significa que, até mesmo o sentido do belo, depende enormemente deste princípio, pois quando algum objeto produz prazer naquele que o possui ou observa, ele é sempre visto como belo; da mesma forma, aquilo que tende a produzir desprazer é desagradável e disforme. Portanto, o objeto que chamamos de belo agrada por sua capacidade de produzir um certo efeito, isto é, um sentimento de prazer. E os prazeres de outrem, e mesmo de pessoas com as quais não temos amizade, nos agradam por simpatia. Na maioria dos casos, as qualidades do que é belo e atraente são relativas porque agradam exclusivamente por sua tendência a produzir um fim que é agradável. Esse princípio é responsável por produzir também os nossos sentimentos morais e, notadamente, as virtudes que lhes estão associadas, como é o caso da justiça.

A justiça, como vimos, é a virtude mais enaltecida em razão da sua utilidade e pelo prazer que as ações justas nos causam. Para Hume, “nenhuma virtude é mais apreciada que a justiça, e nenhum vício mais detestado que a injustiça; tampouco existe uma qualidade que determine mais um caráter como digno de amor ou de ódio.” (HUME, 2009, p. 616).

Ainda acerca da simpatia, Hume afirma que esta é de natureza tão poderosa que intervém em quase todos os sentimentos e paixões. Isso se afigura evidente quando a comparamos com outros sentimentos ou virtudes. De acordo com o autor, “julgamos os objetos mais por comparação que por seu mérito ou valor intrínseco; quando opomos uma coisa a outra da mesma espécie e que seja superior, consideramo-la medíocre.” (HUME, 2009, p. 633).

A força da simpatia se revela tão vívida que Hume observa que ela se dissemina e têm um impacto significativo nas interações sociais. Ele ressalta que a emoção da alegria, por exemplo, é capaz de mudar o clima de uma reunião, encontro ou interação humana e de melhorar o bem-estar das pessoas presentes. Um exemplo disso é que o humor das pessoas pode mudar drasticamente com a presença de alguém alegre pelo fato de que a alegria é uma qualidade valiosa que, naturalmente, atrai a admiração e o apreço dos outros. Em sua obra *Uma investigação sobre os princípios da moral*, o filósofo destaca a influência das emoções sobre a simpatia:

Qualquer um que tenha passado uma noite com pessoas graves e melancólicas, e que tenha notado quão subitamente a conversação se anima e quanta vivacidade se difunde sobre o rosto, a fala e o comportamento de cada um após a chegada de um amigo alegre e bem-humorado, irá facilmente admitir que a alegria carrega consigo um grande mérito e atrai naturalmente a estima das pessoas. Nenhuma qualidade, de fato, comunica-se mais rapidamente aos que estão ao redor, porque nenhuma tem maior propensão a exibir-se em conversas joviais e agradáveis entretenimentos. (HUME, 2013, p. 107)

A alegria, assim como outras emoções sociais, é extremamente importante para a coesão social por permitir a conexão emocional entre os indivíduos, o que gera a harmonia e a cooperação dentro da sociedade. No caso da simpatia, ela se afigura também importante porque, por meio dela, sentimos os sofrimentos alheios e somos incentivados a ajudar, por isso ela é responsável por motivar a ação moral. É por meio da simpatia que entendemos e compartilhamos as preocupações e alegrias alheias. Ou seja, é por meio dela que os laços sociais e a convivência pacífica são fortalecidos. Em suma, ela é responsável pela promoção do bem-estar coletivo.

Além disso, cabe salientar que a simpatia é a base para diversas virtudes morais, a exemplo da *benevolência*. Na filosofia humeana, tal experiência sensorial implica também uma disposição do sujeito de querer o bem alheio e de agir para promover o seu bem-estar. Em outros termos, trata-se de uma forma de bondade e generosidade que se manifesta em ações benéficas para outras pessoas. Ao tratar de seus elementos de base, Hume considera que características como brandura, delicadeza, afabilidade, afetuosas expressões, atenciosos cuidados e o fluxo de mútua confiança e respeito, por serem por si mesmas deleitáveis, são transmitidas ao demais indivíduos. Para ele, não há alguém que deseja viver em meio a contendas, recriminações e censuras porque tais situações são perturbadoras e desagradáveis. Para o filósofo,

a aspereza e o azedume dessas emoções nos perturbam e desagradam; sofremos por contágio e simpatia e não podemos permanecer como espectadores indiferentes, mesmo estando seguros de que nenhuma consequência danosa nos advirá dessas ameaçadoras paixões. (HUME, 2013, p. 114).

Hume ainda considera que as ações benevolentes são aprovadas pela simpatia devido aos efeitos positivos que elas têm sobre os indivíduos. Ou seja, reconhecemos o valor da benevolência pela simpatia e assim somos inclinados a praticá-la e a valorizar as ações benevolentes nos outros. Por isso, ela é considerada moralmente valiosa. Hume conclui que existe alguma benevolência, mesmo que seja pequena, nos corações

humanos, a qual se afigura capaz de comandar as decisões do espírito e que o impele a preferir o que é útil e proveitoso para a humanidade, em vez de escolher o que é prejudicial e perigoso. Eis que aqui surge a distinção moral e o sentimento genérico de censura ou aprovação que acompanham os juízos e as crenças dos indivíduos. Segundo Hume,

A ideia de moral pressupõe algum sentimento comum a toda a humanidade, capaz de recomendar o mesmo objeto à aprovação generalizada e fazer com que todos os homens, ou a maioria deles, concordem em suas opiniões ou decisões relativas a esse objeto. Ela também pressupõe um sentimento tão universal e abrangente que consiga estender-se a toda a humanidade e tornar até mesmo as ações e os comportamentos das pessoas mais distantes em objetos de aplauso ou censura, na proporção em que estejam ou não de acordo com a regra de direito que se estabeleceu. Esses dois requisitos são satisfeitos apenas pelo sentimento humanitário que aqui se enfatizou. (HUME, 2013, p. 131)

E este sentimento comum não é outra coisa senão a simpatia característica da natureza humana. Ela também nos permite compreender que o homem, por não conseguir viver só e por possuir a necessidade de conviver em sociedade, vai sempre buscar exercitar as virtudes sociais e morais e praticar as ações visando um bem comum. Portanto, não existe alguém que seja totalmente insensível ao bem público, pois, segundo o filósofo, “(...)a humanidade de um homem é a humanidade de todos, e o mesmo objeto excita essa paixão em todas as criaturas humanas.” (HUME, 2013, p. 132). Eis, pois, como a simpatia favorece as interações humanas e pavimenta o caminho para que o sujeito aja moralmente em favor das suas necessidades e em prol dos interesses da sociedade. Tal atributo humano fundamental resume bem o papel e a importância que as paixões assumem na determinação do comportamento moral do sujeito. Foi justamente isso que pretendemos demonstrar no presente trabalho.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A filosofia moral de Hume, ao defender a centralidade das paixões na constituição da moralidade, desafiou a filosofia tradicional que a antecedeu, para a qual a razão seria o principal guia e o elemento determinante das nossas ações morais. Vimos que, ao investigar a natureza humana, Hume inverte essa perspectiva logocêntrica e põe em relevo o papel que as nossas experiências sensoriais – emoções, paixões – exercem na determinação da nossa conduta moral. Dessa forma, as ações morais decorrem da forma como somos guiados pelas percepções e afetados pelas paixões.

Assim, ao longo desse trabalho, foi demonstrado como as paixões agem sobre o comportamento humano e se impõem como fatores determinantes da moralidade do sujeito. Nesse sentido, as virtudes e os vícios, por exemplo, são definidos com base nas reações emocionais que provocam em nós sob a forma prazer ou dor. Disso se conclui que as distinções morais não são frutos da razão e a moralidade não decorre de juízos ou crenças racionais, mas de sentimentos e vivências sensoriais. Em face disso, o pensamento de Hume ofereceu um novo caminho à filosofia moral da época, além de ter aberto o caminho para algumas abordagens contemporâneas acerca da relação entre emoção e moralidade.

De fato, em inúmeros estudos contemporâneos levados a efeito por filósofos da moral e da mente, psicólogos, neurocientistas, dentre outros especialistas, a posição humeana é ressaltada e os seus resultados reafirmam a importância das emoções na configuração das decisões morais dos indivíduos. No âmbito da filosofia contemporânea, alguns estudos sobre dilemas éticos demonstram que, tal como Hume postulou, a moralidade humana é indissociável das paixões e a compreensão desta relação é essencial para se enfrentar várias questões éticas complexas da nossa sociedade.

Esse é o caso de Jesse Prinz, filósofo moral contemporâneo, para quem os juízos morais pressupõem sentimentos. Em seu livro *A construção emocional da moral*, ele afirma que “juízos morais são qualquer coisa exceto indiferentes. Eles transpiram sentimentos” (PRINZ, 2022, p. 35). Prinz se utiliza do termo *emocionismo* para se referir às teorias que situam as emoções no âmbito da moralidade. De acordo com ele, os sentimentos morais são uma categoria específica de emoções diretamente ligadas às questões éticas, pois representam experiências que surgem como respostas a eventos, ações ou situações moralmente relevantes, isto é, elas refletem as nossas avaliações

morais e influenciam nosso comportamento ético. Tais eventos sensoriais se manifestam sob a forma de culpa, vergonha, admiração, empatia, indignação ou repugnância moral, de modo que cada um desses eventos tem um significado moral específico e desempenha o seu papel particular na nossa capacidade de discernir e de agir em determinadas situações. Segundo Prinz, tais emoções são fundamentais para a nossa compreensão da moralidade, na medida em que fornecem uma base sensorial para os nossos julgamentos. Vale salientar que os juízos e crenças não devem ser confundidos com reações emocionais automáticas, pois envolvem processos cognitivos e reflexivos. O filósofo destaca ainda que nossos julgamentos morais refletem nossas crenças e concepções sobre o certo e o errado, o bem e o mal, o permitido e o proibido. E assim como acontece com a moral em geral, tais juízos são influenciados por vários fatores, a exemplo das experiências pessoais, do contexto societário, dos valores culturais, etc. Porém, para Prinz, “juízos morais verbais incondicionais são expressões da emoção. Eles exprimem como nos sentimos sobre as coisas.” (PRINZ, 2022, p. 171). Resumindo, a emoção engendra as avaliações que fazemos sobre a moralidade das ações.

Na esfera das neurociências, inúmeras pesquisas empíricas comprovam a tese dos filósofos empiristas modernos que tomam as emoções como um elemento fundamental na determinação da ação moral do sujeito. Dentre tais estudos, podemos citar as descobertas de António Damásio que enriqueceram a compreensão sobre as bases neurosensoriais da moralidade e se tornaram importantes pelo fato de: a) reforçar a ideia de que a ética é também constituída por elementos naturais/orgânicos; b) confirmar o erro de considerar razão e emoção como faculdades distintas e/ou dissociadas; c) corroborar a ideia de David Hume segundo o qual as sensações estão na origem de nossos pensamentos e ações

Um outro estudioso do tema, o psicólogo Paul Ekman, investiga, em seu livro *A linguagem das emoções*, as expressões faciais das emoções, indicando que elas são uma espécie de instrumento que prepara o sujeito para lidar com os eventos essenciais de sua vida. Segundo o autor, “as emoções normalmente ocorrem quando sentimos, justificadamente ou por engano, que algo que afeta seriamente nosso bem-estar, para melhor ou pior, está acontecendo ou prestes a acontecer.” (EKMAN, 2011, p. 36). Ele esclarece ainda que as emoções possuem uma função dominante sobre os seres humanos, haja vista que são capazes de controlar o que fazemos, falamos ou pensamos, e, por isso, servem de mecanismo regulador da vida humana. Ekman elabora o conceito de *estado refratário* para descrever o que acontece quando somos tomados pelas emoções,

demonstrando ainda que, quando elas nos atingem, nos tornamos incapazes de incorporar uma informação contrária ao que sentimos. Além disso, as emoções são capazes de mudar a nossa forma de interpretar e ver o mundo, bem como as pessoas que conosco convivem. Assim, tomados por elas, “tendemos a ignorar o conhecimento prévio que pode desmentir aquilo que estamos sentindo.” (EKMAN, 2011, p. 56). Ao sustentar a tese de que trazemos gatilhos emocionais dos nossos antepassados, Ekman afirma que os eventos emocionais acontecem porque tais experiências sensoriais foram úteis aos seres humanos ao longo da evolução. Pode-se tomar como exemplo o medo, cujo sintoma permitiu aos primeiros homínídeos – assim como acontece hoje com os homens contemporâneos – perceber e fugir das situações de perigos existentes em seu meio. As emoções, por isso, continuam sendo fundamentais ao processo evolutivo e ao progresso da humanidade. A importância delas é tamanha que o referido autor chega a afirmar: “as emoções não são como um apêndice, um órgão residual sem utilidade e que devemos remover. Elas estão no centro de nossa vida. Elas tornam a vida suportável.” (EKMAN, 2011, p. 59).

Na esfera empírica das neurociências, as discussões acerca da relação emoção-razão e do seu papel na configuração das decisões morais do sujeito se concentram inicialmente nos estudos sobre a neurofisiologia do cérebro e os mecanismos da mente. A neurologista Jill Bolte Taylor, por exemplo, ao tratar dos mecanismos mentais, deixa claro que emoção e razão fazem parte de um complexo sistema neural e atuam conjuntamente; ela também chama atenção para o fato de que essa descoberta vai de encontro à concepção tradicional, segundo a qual a razão é a primeira a reagir diante dos apelos sensíveis vindos do exterior. Para a referida pesquisadora, as descobertas neurocientíficas não apenas invalidaram tal concepção tradicional, mas também promovem mudanças significativas na nossa maneira de compreender as emoções em matéria de moral. De acordo com tais estudos,

Quando o estímulo que chega é percebido como familiar, a amígdala se mantém calma e o hipocampo posicionado nas adjacências é capaz de aprender e memorizar nova informação. Porém, assim que a amígdala é disparada por um estímulo desconhecido ou, talvez, ameaçador, ela eleva o nível de ansiedade do cérebro e foca a atenção da mente na situação imediata. Sob tais circunstâncias, a atenção é desviada do hipocampo e se volta para o comportamento de autopreservação em torno do momento presente. A informação sensorial chega pelos sistemas sensoriais e é imediatamente processada pelo sistema límbico. Quando uma mensagem alcança o córtex cerebral para o pensamento superior, já adicionamos um “sentimento” sobre como vemos esse estímulo; isso é dor, ou é prazer? Embora muitos possam acreditar que somos criaturas pensantes que sentem, biologicamente somos criaturas sensíveis que pensam. (TAYLOR, 2008, pp.197/198)

A pesquisa sobre a atuação dos hemisférios e de outras estruturas cerebrais reforça a ideia de que somos seres de sentimento e emoção, descoberta essa que demonstra a íntima relação de correspondência entre o que sentimos e a maneira como agimos. Essa relação é também atestada por um dos mais eminentes neurocientistas contemporâneos: António Damásio.

De fato, a partir do estudo do caso Phineas Gage<sup>2</sup> e de sua tese acerca dos marcadores somáticos, o médico neurologista António Damásio também corrobora a posição de Hume. Em seu livro *O erro de Descartes*, Damásio se opõe às versões racionalistas da ética que defendem a tese de que as decisões éticas são baseadas na nossa capacidade intelectual e na sobreposição da razão às paixões. Essa concepção foi potencializada pelo racionalismo cartesiano – e radicalizada pelo seu dualismo – segundo o qual é necessário que ocorra a “separação” entre corpo e mente para que a verdade seja alcançada, pois os sentidos nos conduziram a enganos e apenas a razão pura seria a via de acesso a verdades indubitáveis.

Todavia, para Damásio, a separação entre mente (*res cogitans*) e corpo (*res extensa*) e a pretensa ideia de que razão independente dos sentidos e das emoções, representariam o que ele chama de “o erro de Descartes”. De acordo com o autor, os processos racionais são configurados mediante impulsos biológicos, somáticos e emotivos, e, por isso, a relação entre corpo-mente-cérebro não pode ser reduzida a apenas um fator. Esta relação se dá em meio a um complexo de eventos e mecanismos que envolvem as dimensões corpóreo-biológica, emotiva, racional e o mundo social do sujeito. Para ele, o cérebro deve ser pensado como um “supersistema de sistemas”, de modo que corpo-mente-cérebro constituem um único organismo, sendo que a integração bioquímica e neural entre corpo e cérebro é viabilizada por dois canais centrais: os nervos motores e sensoriais periféricos e a corrente sanguínea. Para reforçar esta tese, ele afirma que

o amor, o ódio e a angústia, as qualidades de bondade e crueldade, a solução planificada de um problema científico ou a criação de um novo artefato, todos

---

<sup>2</sup> Os estudos de Damásio tentam elucidar um dos casos mais intrigantes de pessoas com lesões cerebrais (o caso de Phineas Gage). Gage teve a parte frontal do seu cérebro transpassada por uma barra de ferro, e, após este acidente, ele passou a se comportar de uma maneira estranha, se tornando alguém imprevisível e com enormes dificuldades de fazer escolhas, o que seria mais uma prova de que as emoções fazem parte do processo de tomada de decisão. Ou seja, bastou esse acidente para desestabilizar as suas decisões em questões concretas da vida cotidiana e, sobretudo, em questões morais mais complexas. Damásio nomeou a essa alteração de “matriz de Phineas Gage”.

eles têm por base os acontecimentos neurais que ocorrem dentro de um cérebro, desde que esse cérebro tenha estado e esteja nesse momento interagindo com o seu corpo. A alma respira através do corpo, e o sofrimento, quer comece no corpo ou numa imagem mental, acontece na carne (DAMÁSIO, 2006, p. 18).

Damásio considera que as emoções são marcadores somáticos que favorecem nossa adaptação a inúmeras situações vividas. Eles são marcas emocionalmente registradas de nossas experiências e se encontram no sistema neural pré-frontal que recebe sinais enviados por regiões sensoriais, promovendo a construção de imagens, ideias, crenças e pensamentos. E, a partir destas imagens, nosso corpo reage em fração de segundos a eventos cotidianos, a exemplo dos seres humanos e dos animais não humanos que respondem, por meio do medo, a situações de perigo. As emoções, portanto, são fundamentais para fazer valer o nosso instinto de sobrevivência e aprimorar as relações humanas.

Damásio salienta ainda que as emoções desencadeadas por determinados estímulos dão origem a “um programa de ações diferentes” conforme o tipo de sensação experimentada, as quais podem provocar alterações no corpo, no sistema endócrino, etc. Com efeito, ele considera que os valores éticos não são mais do que estratégias de sobrevivência da nossa espécie, apoiadas nos sistemas neurais que executam as condutas instintivas. Haveria, pois, uma espécie de senso moral (*moral sense*) – algo já proposto por Hume - como predisposição ou tendência natural que levaria o indivíduo a agir com vistas à realização de fins necessários aos interesses de sobrevivência da espécie.

Por fim, pode-se concluir que tais pesquisas corroboram as formulações teóricas de David Hume, na medida em que, como mostramos nesse trabalho, para o referido autor, os fatores emocionais, de forma direta ou indireta, desencadeiam motivações que induzem o indivíduo a agir moralmente. Eis por que a filosofia moral não deve jamais desconsiderar a importância, o valor e o papel das emoções na determinação da moralidade do indivíduo.

## 6. REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- DAMÁSIO, António. *O erro de Descartes*, São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- EKMAN, Paul. *A linguagem das emoções*. São Paulo: Lua de Papel, 2011.
- HUME, David. *Tratado da natureza humana*. São Paulo: UNESP, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Uma investigação sobre os princípios da moral*. São Paulo: UNICAMP, 2013
- \_\_\_\_\_. *Resumo de um tratado da natureza humana*. Porto Alegre: Paraula, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Investigação sobre o entendimento humano*. São Paulo: Lafonte, 2017.
- PRINZ, Jesse. *A construção emocional da moral*. Porto Alegre: Editora Fundação Fênix, 2022.
- PEQUENO, Marconi. *10 lições sobre Hume*. Petrópolis: Vozes, 2014.
- TAYLOR, Jill Bolte. *A cientista que curou seu próprio cérebro*. São Paulo: Editora Ediouro, 2008.
- VERGEZ, A. *David Hume*. Lisboa: Edições 70, 1984.